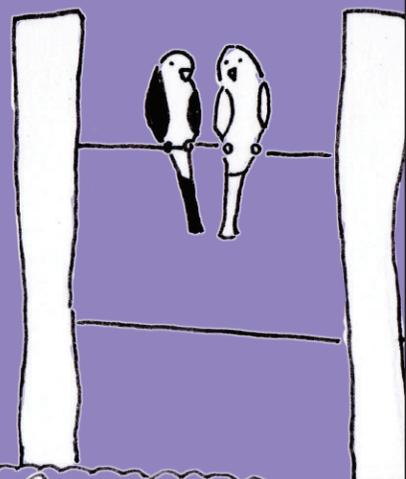
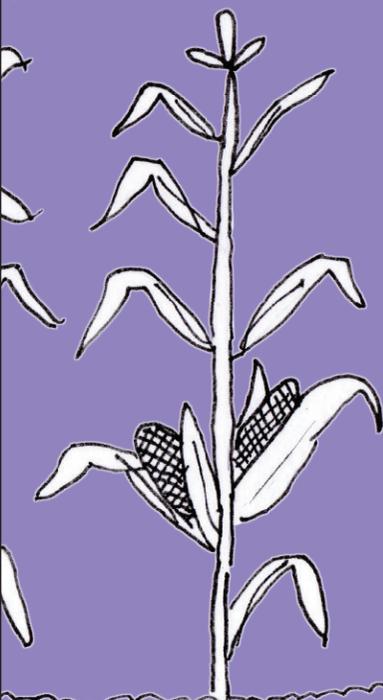


Coletivo Nacional de Gênero
do Movimento dos Pequenos Agricultores

Pensando a ALIMENTAÇÃO, a FOME e a AGROECOLOGIA desde o FEMINISMO

Cartilha 1

MPA
Movimento dos Pequenos Agricultores



**Coletivo Nacional de Gênero
do Movimento dos Pequenos Agricultores**

**Pensando a
ALIMENTAÇÃO,
a FOME e a
AGROECOLOGIA
desde o
FEMINISMO**

————— **Cartilha 1** —————

MPA
Movimento dos Pequenos Agricultores



APRESENTAMO



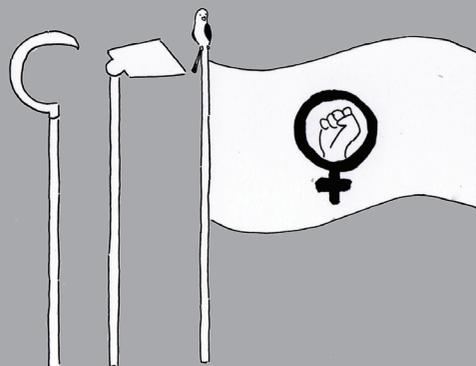
O MPA, através do Coletivo Nacional de Gênero, vem dando passos na construção de um grande desafio coletivo que é o de construir um **Plano estratégico de ação feminista nacional do movimento**, a partir dos eixos de articulação, formação, produção e abastecimento e incidência política nacional dentro de um diálogo processual, orgânico e pedagógico das instâncias até os territórios onde a vida camponesa pulsa. Esta construção inicial se coloca como um desafio e, ao mesmo tempo, um passo essencial para os próximos dois anos para o avanço do movimento na atual conjuntura atual brasileira de crises e agravamento dos problemas estruturais aqui enfrentados.

Dentro da construção deste plano de ação, a formação e a discussão na base camponesa do MPA aparece como um elemento fundamental para pensar a relação do nosso fazer cotidiano com a construção estratégica da nossa organização. Fruto desse objetivo, o Coletivo Nacional de Gênero publicará seis cartilhas de formação em **Feminismo Camponês e Popular**, articulando as várias dimensões desta construção.

Neste rumo, segue aqui a primeira cartilha intitulada **Pensando a alimentação, a fome e a agroecologia desde o feminismo**, como parte essencial das seis cartilhas que se seguirão. Por tudo isto, convidamos nossa base camponesa pelos Estados a fazer leituras, debates e contribuições de forma compartilhada desde os nossos territórios, grupos de base e instâncias e se somar conosco neste pensar e construir o papel das mulheres camponesas na luta política, na afirmação da agroecologia e da luta contra a fome.

Boa leitura e bom estudo!

Coletivo Nacional de Gênero
MPA Brasil



**O PLANO
CAMPONÊS
e a LUTA DAS
MULHERES
DO MPA por
SOBERANIA
ALIMENTAR**

“Se as mulheres representam a metade da mão de obra no campo em escala mundial, uma soberania alimentar que não inclua uma perspectiva feminista estará condenada ao fracasso. A soberania alimentar implica em romper não somente com um modelo agrícola, como também com um sistema patriarcal que oprime e subordina as mulheres”

ESTER VIVAS

Sabemos que no Brasil as mulheres são as principais responsáveis pela gestão e cuidado familiar e comunitário, onde, já em 2015 se demarcava que 28,9 milhões de famílias eram chefiadas por mulheres. Neste momento, já se alertava para o avanço do capitalismo em precarizar o trabalho de diversos setores invisibilizados com forte presença feminina, a exemplo das trabalhadoras informais, autônomas, pescadoras, camponesas, empregadas domésticas e tantas outras.

Ao lado disto, seguimos acumulando tarefas e desafios na política; seja no campo ou na cidade, o capitalismo e sua lógica patriarcal nos impõe à superexploração, exercemos as atividades do trabalho na roça e nos centros urbanos, mas, simultaneamente, seguimos sendo as que mais se ocupam das tarefas domésticas. Por estes motivos é urgente a necessidade de enfrentar a fome e a feminização da pobreza, tão demarcados pelo atual desgoverno conservador, neofascista e ultraliberal.

A fome é a expressão biológica de males sociais e desigualdades econômicas, ou seja, quanto maior a concentração de pobreza mais avança a falta de acesso ao alimento, a insegurança alimentar. O retorno da fome se dá num contexto de agravamento das perdas de direitos e no momento, também, que vivemos um avanço da corrida por terras e águas. No Brasil, faz-se o desmonte de todas as políticas e programas que davam suporte estrutural à produção de alimentos de base camponesa e constatamos um avanço acelerado das grandes corporações do agro-hidro-minério-negócio (este e suas corporações e países de origem).

Sabemos, pelo modelo de desenvolvimento adotado no campo, que nem todos os países envolvidos nesta corrida, assim como o nosso atual Governo Federal, visam a produção de alimentos, mas sim de *commodities* para exportação, agrocombustíveis, desregulamentação e uso dos agrotóxicos e comida transgênica. Visam, mais precisamente, a entrega ao capitalismo, e as suas empresas/países, dos territórios dos povos do campo, quilombolas, das águas e das florestas para efeito de dominação, propagando a intolerância para legitimar a expropriação de nossas riquezas.

Neste momento, as mulheres representam 70% das pessoas que tem atuado no setor social e na saúde (linha de frente do combate ao Coronavírus), ao mesmo tempo, são 3 (três) vezes mais responsáveis pelos cuidados não remunerados em casa do que os homens, sendo também, a maioria das trabalhadoras informais. Olhando para a atual crise e para essas fragilidades anteriormente apresentadas, para saturação do sistema de saúde, ausência de políticas/programas que viabilizem a geração de trabalho familiar e renda coletiva e ainda com o fechamento das escolas, as tarefas diárias e de cuidado acirram-se sobre o ombro das mulheres. Historicamente, as mulheres têm tido a responsabilidade de cuidar individual/isoladamente de pessoas idosas, crianças, doentes ou com algum grau de dependência, das tarefas domésticas etc., condições que agravam drasticamente suas condições mínimas de sobrevivência e subsistência.



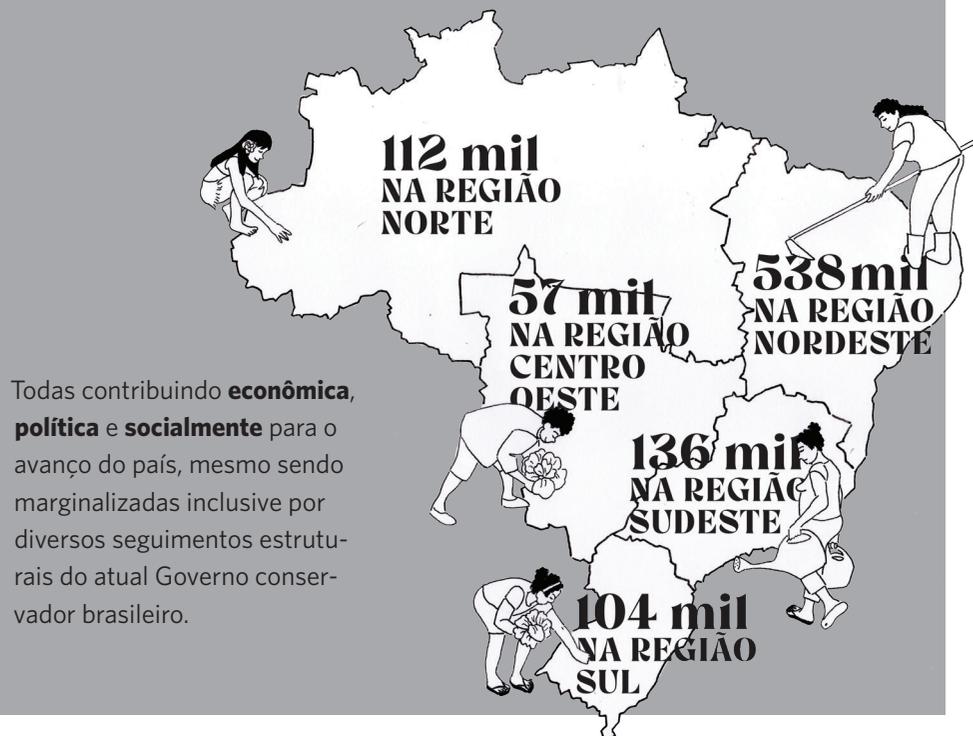
Diante de tudo isto perguntamos:

Como exercitar a prática solidária e feminista? O que fazer para partilhar a carga ao invés de sobrecarregar? Como projetar o nosso programa estratégico (Plano Camponês) enquanto subsídio à construção da soberania alimentar?



No atual cenário de aprofundamento da crise do capital, nossa mensagem enquanto MPA Brasil é um desafio certo: **produzir alimentos saudáveis e acessíveis para a sociedade brasileira!** Mensagem que permeia o Plano Camponês, como nossa parcela de contribuição ao projeto popular Brasil. Neste programa estratégico as mulheres são essenciais, já que da base até às instâncias lutam e semeiam soberania alimentar a partir das práticas ancestrais da agricultura camponesa, que encontram-se mais que nunca ameaçadas por essa crise sanitária, econômica, ética e política em curso.

Pelo **Censo Agropecuário de 2017**, as mulheres coordenam/dirigem um considerável número de roças/estabelecimentos/sítios pelo país, a saber:



Todas contribuindo **econômica, política e socialmente** para o avanço do país, mesmo sendo marginalizadas inclusive por diversos seguimentos estruturais do atual Governo conservador brasileiro.

Neste lugar se encontram nossas camponesas que, cravadas no chão dos territórios onde atuamos, labutam todos os dias com a terra, estimulando com sua prática agroecológica a diversidade produtiva e saberes ancestrais, o cuidado político e pedagógico com a natureza, com a saúde, com a educação e com estratégia política do MPA. Afirmam assim o modo de vida do campesinato, botando a mão na massa para construção da soberania alimentar e do poder popular, mesmo em tempos tão duros para as mulheres e para a classe trabalhadora como um todo.

Advindo disto, as camponesas do MPA, com a tarefa essencial da produção de alimentos e abastecimento popular no campo vêm, em nossos diversos territórios, atuando em diferentes trincheiras e na solidariedade feminista a partir do **Mutirão contra a Fome** de um lado e, por outro, incidindo na necessidade de um plano tático e emergencial voltado a promoção da agricultura camponesa neste contexto.

Conformam assim as bases para o necessário exercício do autocuidado (cuidado nas comunidades, famílias etc.) junto com seus pares e companheiros, como uma das principais ações a partir da medida do isolamento social.

Neste caminho do cuidado, sabemos que no Brasil atual a casa não é um local seguro para boa parcela das mulheres do campo, das cidades, das águas e das florestas e, neste momento, ao lado de seguir produzindo seus próprios alimentos, de ter acesso a renda mínima para viver e o necessário acesso de políticas de combate à fome/pobreza, precisamos seguir atentas ao crescimento da violência contra as mulheres, pois o isolamento social deve ser medida de cuidado para proteção efetiva e não de agravamento da violência em suas várias dimensões (psicológica/emocional/social/moral/física) dentro de um ambiente que deveria ser seguro, afetivo e solidário.

A solidariedade e o cuidado uma com as outras é uma das formas de proteção da vida e da resistência para superarmos esse tempo tão difícil de pandemia que se alastra pela crise sanitária projetada pelo desmonte do SUS, a não compreensão da economia e a grande crise política colocada. Pela defesa da vida, seguimos produzindo o nosso alimento, pois alimento saudável é proteção e cuidado com a saúde nas trincheiras por um território livre e produtor de alimentos de base agroecológica. É hora da disputa política e ideológica das camponesas nas redes de comunicação para afirmar que **quem produz alimento, exige respeito** e uma vida sem violências e fome.

Por tudo isto é tempo de luta, é tempo de enfrentar a fome e o poder do capitalismo e do atual governo neofascista sobre nossas vidas, produção de alimentos e territórios! É desta afirmação que as camponesas do MPA seguem em resistência pelos Estados na permanente insistência da construção cotidiana de um território livre do COVID - 19, mas, também, da fome e dos interesses do agro-hidro-minério-negócio sobre nossas vidas, terras, povos e alimentos.

Nesta perspectiva, devemos estar atentas, pois o nosso grande escudo de defesa é o alimento e o necessário fortalecimento do abastecimento popular e da luta feminista e campesina construída no cotidiano dos territórios.



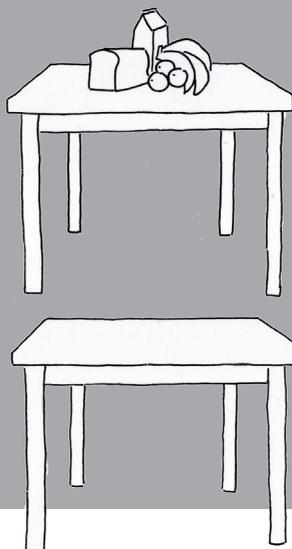


**A
FEMINIZAÇÃO
da POBREZA,
TRABALHO
e LUTA contra
a FOME**

Fome, palavra e sensação cada vez mais ouvida e sentida pela população brasileira. Essa, sendo o reflexo mais nítido do agravamento da pobreza e da falta de alimento na mesa. Como dizia Carolina de Jesus, “a fome é uma invenção dos que comem” e, por isto, não é um fenômeno natural e sim consequência da exploração e da pobreza construída pelos mais ricos e que usam a fome/pobreza, intencionalmente, como forma de controle político e social dos povos.

Neste momento político atual vivemos um governo federal que privilegia cada vez mais o agronegócio e marginaliza as camponesas, e arruína as políticas públicas e a produção de alimentos. Este mesmo governo tem transformado a crise sanitária do COVID -19 numa iminente crise alimentar, dando lugar, atualmente, à inflação dos alimentos, perda da capacidade de compra da classe trabalhadora e o efetivo retorno à fome como uma construção que controla os sujeitos e os/as coloca em condições de extrema vulnerabilidade.

No mundo a fome já anuncia sua face desde 2018 onde, segundo a ONU, **821,6 milhões** já passavam fome (em média 1 em 9 pessoas), enquanto na América Latina e no Caribe são **42,5 milhões** e na África **256,1 milhões** vivendo a fome como cotidiano. No Brasil — país que havia saído do Mapa da Fome em 2014 — segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a fome atingiu:



10.3 milhões de brasileiros/as

em 2018, representando,

4.6% da população do país, sendo

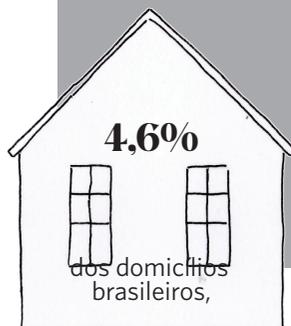
7,7 milhões de moradores na área urbana

e 2,6 milhões na rural,

segundo dados da primeira parte da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE.

Aqui, o cenário fica mais difícil quando os dados revelam que a situação ainda é mais grave nas casas chefiadas por negros, mulheres e nas regiões norte e nordeste do país.

Segundo o **IBGE**, a fome, atingiu:





Olhando para o campo brasileiro, a fome atinge quase metade das famílias camponesas, significando um contingente que representa **44% do total**. Ao lado disto, o IBGE revela também a desigualdade do acesso ao alimento entre a população feminina, onde temos que os homens predominam em:

61,4%
de domicílios
marcados pela
segurança
alimentar,

enquanto as mulheres
são maioria, em torno de
51,9%
como chefes de família
e vivendo a insegurança
alimentar grave (fome).



"A fome evidencia um dos retratos mais cruéis da intolerância, em especial a fome que perdura nos tempos de abundância e resulta do desperdício, da ganância que grassa nos nichos de riqueza, aquela que mata lentamente, que age em surdina resultante da subalimentação. Fome matreira que engana os famintos que pensam que estão alimentados porque comem, ou melhor, enchem os estômagos, mas que conduz a uma morte lenta, perversa, que não faz barulho, que não incomoda, pois pode passar despercebida, mascarada por outra causa."

TÂNIA ELIAS MAGNO DA SILVA, 2009

Historicamente sabemos que as crises, sejam elas humanitárias, econômicas ou sanitárias, quer sejam estruturais ou conjunturais, costumam ter as mulheres como os sujeitos que sentem mais rápido, profunda e prolongadamente seus efeitos. No caso do agravamento da situação de pobreza e conseqüentemente da fome, não é diferente, visto que, a parcela crescente das vítimas de pobreza é composta de mulheres, fenômeno demarcado como feminização da pobreza.

Neste caminho, trabalho feminino, fome e pobreza se reencontram a todo tempo. Na nossa sociedade patriarcal e racista vigora uma divisão sexual do trabalho que se estabeleceu como padrão: enquanto ao homem coube o trabalho economicamente remunerado, produtivo, realizado no âmbito do espaço público, à mulher ficou encarregada da responsabilidade pela reprodução física e pelas tarefas domésticas, que constituem o trabalho privado e não remunerado. Estas atividades não são intermediadas pelo dinheiro, seu lugar é fora do circuito comercial, portanto, este é um trabalho invisível e as pessoas que se ocupam destas tarefas são desvalorizadas socialmente.

A sobrecarga de trabalho doméstico sobre as mulheres existe no Brasil em todos os níveis de renda, embora seja ainda maior nos lares da classe mais pobre; e gera, por conseqüência, uma sobrecarga de trabalho suportado pelas mulheres e aproveitado como lucro capitalista.

No Brasil, de acordo com a **Pesquisa por Amostra de Domicílio Contínua** (PNDA Contínua, 2019), em média

as mulheres gastam

21,4 horas semanais

dedicadas aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas.

enquanto para os homens a média foi de apenas

11,0 horas.

De 2016 para 2019, essa diferença entre as médias masculina e feminina aumentou de 9,9 para 10,4 horas semanais.



As camponesas seguem o mesmo cotidiano já que são 400 milhões no mundo trabalhando duro na labuta da roça para botar alimento na mesa das suas famílias e, ao mesmo tempo, levar alimento saudável para a mesa dos/as trabalhadores/as da cidade pelo mundo, fazendo tudo isto na quase total invisibilidade.

São elas que trabalham, como traz Siliprandi e Cintrão, “em praticamente todas as tarefas da propriedade, muitas vezes não participam da decisão sobre os usos dos recursos ou sobre as prioridades da família e não têm acesso à renda gerada por seu trabalho. Nas estatísticas oficiais, as mulheres agricultoras são maioria entre os *membros não remunerados da família*. Essa forma de organização da unidade produtiva leva a um comprometimento da autonomia pessoal e financeira das mulheres”.

Então, se uma camponesa produz raízes e hortaliças para alimentar a família ou para doar aos vizinhos e amigos, não se considera que ela esteja trabalhando. As relações de consumo, doação e troca são consideradas como não monetárias, porque não envolvem nenhuma transação financeira e, por este motivo, são invisibilizadas nas análises econômicas usuais. Desse modo, a riqueza não monetária produzida pelas mulheres, a partir de uma enorme quantidade de trabalho realizado, é simplesmente desconsiderada na economia (Cadernetas agroecológicas, 2020).

Sob a ótica da economia feminista, o que foi convencionado chamar de miudezas (produção realizada nos arredores de casa e no quintal) é reconhecido enquanto aporte fundamental para a reprodução digna da vida. Nessa direção, o papel das mulheres na produção alimentar e nas atividades econômicas enquanto componentes de uma rede local de abastecimento que garante o autoconsumo e ameniza, de forma incisiva, os impactos da insegurança alimentar e nutricional no âmbito territorial, ganham reconhecimento.



AGROECOLOGIA desde um olhar FEMINISTA

Agroecologia é alternativa ao modelo agroindustrial, que recupera e atualiza saberes tradicionais, desenvolve a biodiversidade, produz alimentos ecologicamente, é socialmente sustentável, e gera autonomia. Ao mesmo tempo, critica as bases da relação atual sociedade/natureza e aponta “a necessidade de construção de relações mais igualitárias e equitativas com o outro, seja este outro ambiente ou outro ser humano” (ANA, 2008, p. 68 *apud* LOPES NETO, 2018).

Nesse sentido, traz a preocupação pelas desigualdades de gênero, raça e classe. Mas, neste mundo agroecológico, no sistema agroalimentar, nas roças e nas cozinhas ainda vivemos as diferenças de gênero, não podemos assumir que a agroecologia é feminista, devemos construir, pensar, assentar o feminismo no movimento e projetos agroecológicos. O **Feminismo Camponês e Popular** é a teoria e prática que desenvolve o feminismo na produção de alimentos e na agroecologia.

Se a economia feminista coloca a vida no centro, então os processos de alimentação (como base da vida) são chave para a transformação social e o **feminismo tem que considerar a agroecologia e a soberania alimentar como lutas próprias**. Ao mesmo tempo, se os movimentos camponeses lutam pela soberania alimentar através da agroecologia como ferramenta de mudança no produtivo, no cultural e no socioeconômico, então precisam do olhar feminista para analisar, planificar e definir as estratégias, em ordem de construir modelos de transformação social justos.

As bases de justiça social da agroecologia estão na produção, no consumo e nos lares: na preparação da alimentação, nas decisões sobre a comida, na limpeza e outras. Agroecologia também é comprar, preparar e compartilhar o momento da alimentação. Por isso as demandas feministas presentes nas lutas pelas políticas públicas, chegam também na constituição de nossas famílias, projetos e movimentos: lutar contra a exploração, dominação e relações de poder é fazer exigências ao Estado, e ao mesmo tempo aos nossos companheiros e companheiras de quintal e de organização.

Os grupos produtivos e políticos de mulheres são chave neste processo. O caminho não é simples, o patriarcado mora nesta sociedade, em nossos movimentos e dentro de nós. Então, as mudanças nas relações, na comunicação, nas lógicas organizativas e nas tarefas trazem discussões e resistências que vamos ter que identificar e trabalhar.



Uma AGROECOLOGIA FEMINISTA é aquela que:

- Respeita as culturas camponesas, mas questiona os mandatos de gênero das famílias, comunidades e fogões.
- Propõe práticas que visibilizam e valorizam os cuidados. Considera o trabalho produtivo e reprodutivo, as relações monetárias e não monetárias, num conceito de economia centrado na sustentabilidade da vida, e não apenas em relações de mercado.
- Tem mulheres presentes e protagonistas na produção, e homens presentes e protagonistas nos trabalhos de cuidados para não sobrecarregar os tempos e tarefas das mulheres.
- Valoriza todos os trabalhos na mesma medida.
- Visibiliza e reconhece o trabalho não remunerado e o aporte econômico que traz: todo aquele que não vendemos, mas comemos na casa e compartilhamos na comunidade. Assim, vai além da visão capitalista do trabalho e seu olhar da capacidade de criar benefício monetário.
- Desenvolve uma divisão de tarefas não baseado na divisão sexual do trabalho, mas, sim nas necessidades e capacidades das pessoas gerando autonomia.
- Cria relações baseadas no respeito à diversidade, os diferentes saberes e capacidades, onde todas as pessoas fazem parte do agroecossistema.
- Está baseada nas necessidades das pessoas e não na acumulação do capital, com menos tempo de trabalho produtivo e mais tempo de trabalho de cuidados, de ócio, de trabalho social.
- Constrói vidas e territórios livres de relações de dominação e exploração.
- Considera as mulheres como construtoras de agroecologia desde as esferas reprodutiva e produtiva: no cuidado de sementes, a produção de alimentos, plantas medicinais e transmissão de saberes. As mulheres são responsáveis da transição agroecológica por serem responsáveis (por enquanto) pela alimentação e saúde da família.



Com **PROJETOS AGROECOLÓGICOS:**

- Ligados à vida e ao coletivo.
- Que priorizem os processos e aprendizagens, não só a efetividade produtiva e o crescimento capitalista.
- Que partam do princípio de que todas as pessoas têm o direito e a necessidade de serem cuidadas e o compromisso de cuidar umas das outras, assim como estes trabalhos de cuidado devem ser compartilhados e coletivizados.
- Que melhoram as técnicas produtivas e, também, as relações sociais.
- Que considerem a viabilidade econômica e a parte organizativa, ecológica e emocional.
- Visibilizam as produções a cargo das mulheres como quintais produtivos, doces, queijos, conservas, criação de pequenos animais e artesanatos.





Contagiar de
FEMINISMO a
AGROECOLOGIA
e a LUTA pela
SOBERANIA
ALIMENTAR



Nós, mulheres camponesas, sabendo de nosso trabalho invisível, seja nos afazeres de casa ou no roçado, e que somos vistas como meras ajudantes, auxiliaadoras, que nos falta a titularidade da terra, que não opinamos nas decisões sobre a produção e ainda sofremos com o isolamento quando somos vítimas de violência doméstica; sabendo que as frágeis ferramentas de proteção e acolhimento do Estado não são acessíveis a nós por causa das distâncias; sabendo ainda que outra faceta da violência contra as mulheres no campo é perpetrada inclusive pelo Estado com a criminalização e a perseguição de nossas lutas pela terra e em defesa de nossos territórios para proteção dos grandes latifundiários, suas comodidades e sua comida envenenada, **lutamos pela vida:**

- Pela autonomia de nosso território primeiro que são nossos corpos
- Por abastecimento popular
- Pelo acesso à terra
- Por uma alimentação livre de venenos e transgênicos
- Por uma soberania alimentar e energética antirracista, anticapitalista e antipatriarcal
- Contra todas as manifestações de violência
- Contra os crimes ambientais e sociais praticados pelo agronegócio a serviço das transnacionais.

Por causa do papel de cuidadora que nos é atribuído pelo patriarcado, também somos as primeiras a nos preocuparmos com a saúde e o bem estar de nossas famílias, que começa com a alimentação. Em razão disto, somos pioneiras em trazer a agroecologia para os nossos territórios, iniciando com experiências de pequenos cultivos ao redor de casa, que ganham espaço ao se mostrarem promissoras. Afirmamos, a partir do Plano Camponês, que desenvolver formas de trabalho, produção e cooperação, de controle e de acesso aos recursos naturais essenciais à sua reprodução, com a participação coletiva das mulheres e jovens, é primordial para nós camponeses e camponesas do MPA. Para isso construímos O Feminismo Camponês Popular a partir de nossas experiências e realidades. Pois acreditamos que somente assim:

"Uma nova geração camponesa se projetará no vínculo orgânico entre a luta de superação do capital e do patriarcado, bem como no reconhecimento das mulheres camponesas como grandes produtoras de alimentos para a humanidade."

SILVA, 2019, PG.73.

Para tanto, é de suma importância o reconhecimento por parte de nossos companheiros de seu papel como aliados no feminismo, e como beneficiários da eliminação do patriarcado. Sabemos que também sofrem em razão do machismo, apesar de não serem oprimidos por ele, e dizer isso não diminui sua responsabilidade pela opressão, exploração e abusos que exercem sobre as mulheres.

Entendemos que enquanto homens, nossos camaradas devem ter papel ativo em seus territórios apoiando de forma prática as companheiras, se conscientizando e repensando seus lugares na divisão sexual do trabalho, contribuindo nas tarefas de cuidado com as crianças e nas tarefas de âmbito doméstico.



E assim que as mulheres poderão se encarregar de tarefas da **organização** e de **direção**, **participar nas tomadas de decisões** sobre a **produção**, nas reuniões, **reconhecendo** e **respeitando** a **importância** e a **contribuição do nosso trabalho econômica e socialmente e na luta.**

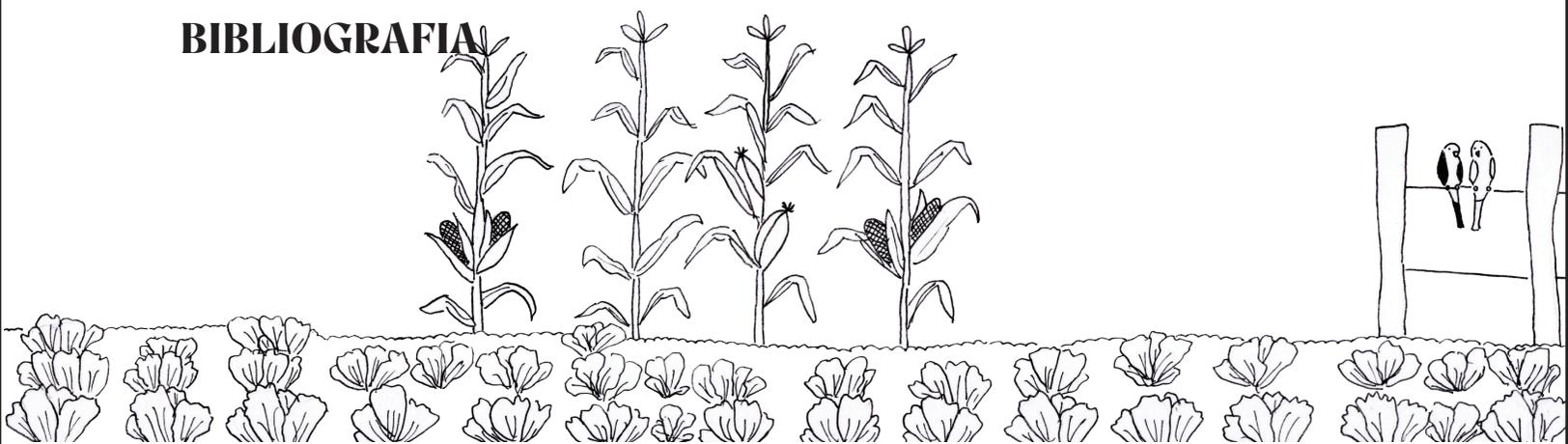


Desta destacada luta pode emergir uma profunda reconfiguração das relações sociais, afetivas e sexuais corroborando para a construção de um projeto social que supere o Estado, o capitalismo e o patriarcado, onde não haja expropriação dos povos, exploração de classe e opressão de gênero, geração e raça."

SILVA, 2019, PG.74.



BIBLIOGRAFIA



ALVES, Luciana Medeiros; ALVARENGA, Camila; CARDOSO, Elisabeth; CASTRO, Nayara de; SAORI, Sheyla; TELLES, Liliam. **Caderneta agroecológica e os quintais**: Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil. Minas Gerais: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2018.

COSTA, Joana Simões; PINHEIRO, Luana; MEDEIROS, Marcelo; QUEIROZ, Cristina. **A face feminina da pobreza**: sobre - representação e feminização da pobreza no Brasil. Brasília, DF: IPEA, 2005.

Etxaldeko Emakumeak. **Soberanía alimentaria y feminismo de la mano**. Euskal Herria, 2018

FIDA. **Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia**: resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020. Salvador: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 2020.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)**, 2018.

LOPES NETO, Antônio Augusto. **Caderneta Agroecológica**: Empoderando Mulheres, Fortalecendo a Agroecologia. MG, Junho de 2018

MPA. Folder. **Jornada de Lutas contra a fome, por soberania alimentar**. 2020.

Observatório das desigualdades. **Pobreza, substantivo feminino**. Boletim nº9, 2020.

SILVA, Marcelo Leal Teles da Silva (Orgs.); GORGEN, Frei Sergio Gorgen; OLIVEIRA, Marcos Joni; VAROLI, Debora Waleska Sasdelli; PALMEIRA, Humberto; KRAUSER, Raul Ristow; ALVES, Rafaela; COSTA, Josineide; PILON, Bruno; CARLOS, Luis; CONTE, Sérgio. **Plano Camponês por Soberania Alimentar e Poder Popular**. SP: Outras Expressões, 2019.

SILVA, Tânia Elias Magno da. **Josué de Castro e os estudos sobre a fome no Brasil**. Cronos, Natal-RN, v. 10, n. 1, p. 51-77, jan./jun. 2009.

SILVEIRA, Elana Cavalcante; SILVA, Suzana de Fátima Marques. **Chefia feminina**: uma análise sobre a estrutura das famílias monoparentais femininas e a feminização da pobreza. In: IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social, 2013, Fortaleza. Anais... Fortaleza: UECE, 2013. p.122-137

SILIPRANDI, Emma.; CINTRÃO, Rosângela. **As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, 18(2): 12-32, 2011.

SOLER, Marta; RIVERA, Marta; ROCES Irene Garcías. **Agroecologia feminista para la soberania alimentaria, de qué estamos hablando?** Revista soberania alimentaria, biodiversidad y culturas, nº33. Estado Español, otoño 2018.

SZUL, Karoline Dutra SILVA, Lenir Mainardes da. **Feminização da pobreza no Brasil**. II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis - 23 a 25 de outubro de 2017.

© MPA Brasil, 2021

Esta obra atende às normas do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde janeiro de 2009.

Título original: Pensando a alimentação, a fome e a agroecologia desde o feminismo

Elaboração: Coletivo Nacional de Gênero:
Adriana Muller
Cíntia Souto
Débora Varoli
Denilva Pinto
Edleuza Cassemiro
Esti Redondo
Flávia Vargas
Gilvanir de Souza
Isabel Ramalho
Jeieli Laís
Jozelita Tavares
Leila Santana
Marinei dos Santos
Roseli Souza
Sônia Costa
Thais Moura
Viviane Chiarello

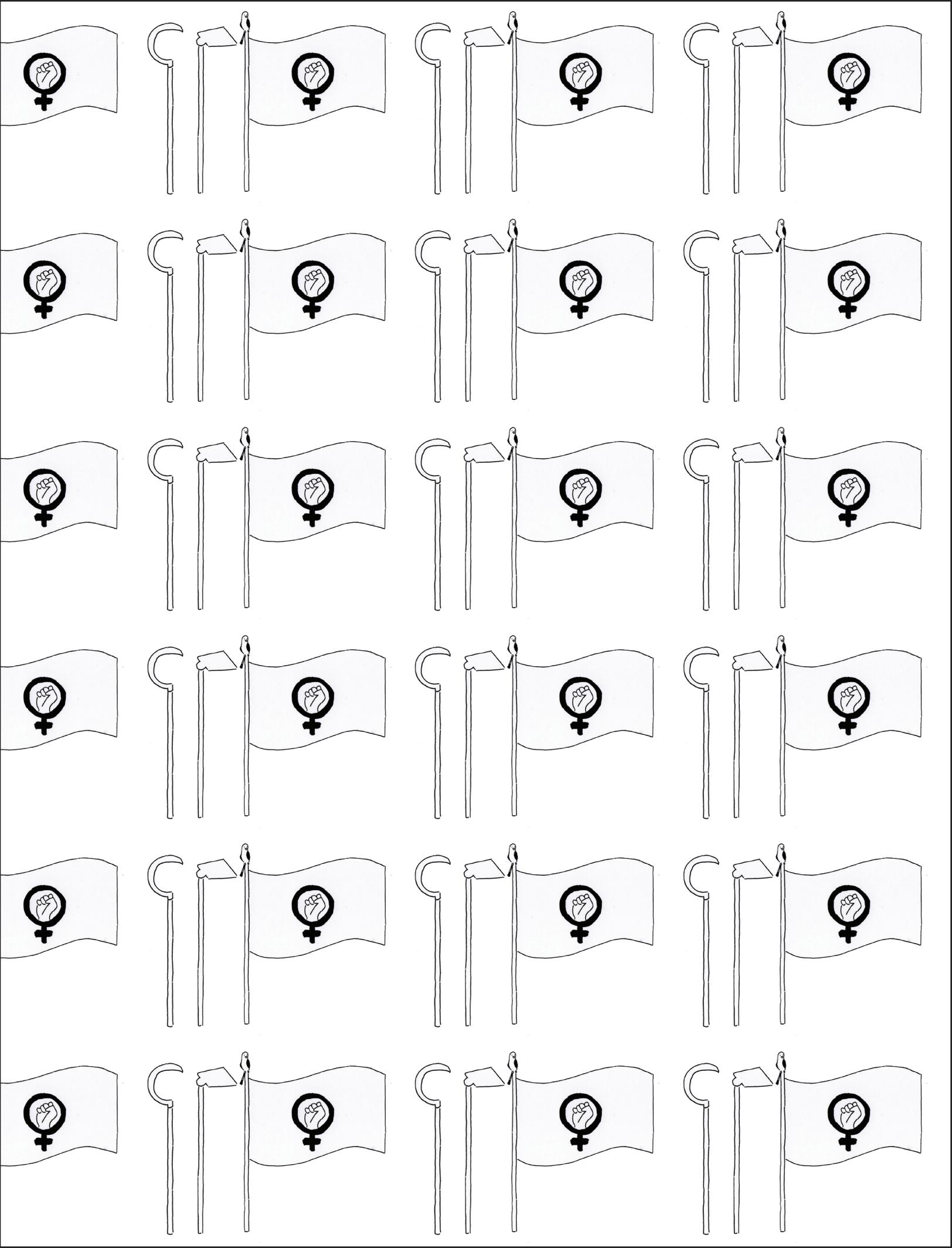
Realização: MPA BRASIL
ANAC

Apoio: Bizilur
Diputación Foral de Bizkaia
Gobierno Vasco

Design gráfico: Gabriela Ferreira
Ilustrações: Thais Pereira Carvalho

Fontes: Whitney e Room 205

MPA Brasil
mpabrasil.org.br · *YouTube*: @mpabrasil · *Twitter*: @mpabrasil
Facebook: fb.com/mpacampesinato · *Instagram*: @mpa.brasil



A formação e a discussão na base camponesa do MPA aparece como um elemento fundamental para pensar a relação do nosso fazer cotidiano com a construção estratégica da nossa organização. Fruto desse objetivo, o **Coletivo Nacional de Gênero** publicará seis cartilhas de formação em **Feminismo Camponês e Popular**.

Neste rumo, segue aqui a primeira cartilha intitulada *Pensando a alimentação, a fome e a agroecologia desde o feminismo*. Dividimos a leitura em quatro partes, a primeira, *O plano Camponês e a luta das mulheres do MPA* por soberania alimentar, coloca as bases gerais do debate ao mesmo tempo que chama as mulheres do MPA para a ação.

A segunda, *A feminização da pobreza, trabalho e luta contra a fome*, traz dados e elementos visuais para a compreensão do fenômeno da feminização da fome e o papel das camponesas como protagonistas não visibilizadas na luta pela sua eliminação.

Uma terceira parte chamada de *Agroecologia desde um olhar feminista* levanta elementos sobre a produção e a necessidade de incorporar metodologias e perspectivas E finalizamos com a quarta parte, *Contagiar de feminismo a agroecologia e a luta pela soberania alimentar*, marca desafios e aponta perguntas para a discussão nas comunidades e equipes de trabalho.

Quem produz alimento, exige respeito!

Boa leitura e bom debate.

REALIZAÇÃO



APOIO

